

**Editorial**

*Finalizo com as palavras de Santo Agostinho: “A esperança tem duas filhas queridas: a indignação e a coragem. A indignação nos ensina a recusar as coisas como estão e a coragem, a mudá-las”. Continuamos a lutar!*

**Margarida Genevois**

No próximo ano se comemorará os 70 anos da Declaração dos Direitos Humanos proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, que advoga uma norma comum a ser alcançada “por todos os povos e nações”. Para nós, a comemoração deve ter sentido de reflexão e debate, pois as razões que a motivaram permanecem, agregadas pelas demandas postas pelas mudanças socioculturais nesses 70 anos.

O tema direitos humanos se pretende universal, mas as abordagens possíveis são tantas quantas as possibilidades de apropriação ideológica dele. Há quem não ultrapasse a generalidade pueril que enxerga essa bandeira como um discurso acima da política e das classes sociais. Há quem defenda a prática da tortura como válida em nome da “democracia e do progresso” e que o extermínio de “bandidos” não é assunto de direitos humanos. Há outros que concebem os direitos humanos como cidadela da propriedade privada e do conceito de indivíduo genérico, portanto, não histórico, a justificar práticas de terrorismo de Estado com suas artilharias de ogivas ou de mercadorias contra povos inteiros.

Encontrar-se-ão várias nuances em torno do conceito de direitos humanos nos artigos e textos desta Revista, mas, em todos eles nota-se a adoção do conceito na perspectiva da luta contra o terror da tortura, contra a violência nua do Estado ou em defesa dos seres humanos mais vulneráveis, submetidos às mais vis crueldades, porém, sem qualquer visibilidade social. Em suma, os direitos humanos como campo de luta contra a barbárie.

De qualquer forma, tratar desse tema é sempre oportuno e necessário, afinal, continuamos a conviver com guerras regionais e com o terror da guerra total, atômica, hidrogenada e convencional. Bombardeios por Estados “democráticos”, “desenvolvidos” e “civilizados” a povos que, de alguma forma se contrapõem à lógica estrita dos impérios do capital. No mundo capitalista globalizado, permanece a massacrante concentração de renda e de riqueza nas mãos de um punhado de afortunados, geradora de misérias, de deslocamentos humanos maciços, desestruturados e até letais.

Governos pelo mundo afora alimentam esse caos humanitário contemporâneo com combustível inflamável das políticas que quebram direitos econômicos e sociais duramente conquistados; restringem verbas para as atividades humanas mais elementares, como alimentação, saúde e educação, sempre em prol da acumulação financeira insaciável.

As rebeliões sangrentas nos presídios brasileiros superlotados e a persistente violência policial, com práticas de tortura, geradoras de mais violência social, são apenas expressões visíveis de uma sociedade assentada na desigualdade e na violência estruturada e institucional.

De qualquer modo, a propositura dos direitos humanos, sob quaisquer perspectivas, continua sempre atual e dependente dos arquivos, desde que foi sugerida. Como afirma Paulo Sérgio Pinheiro, “não existe avanço linear em direitos humanos, há retrocessos e progressos, é quase um jogo de xadrez”.

Não obstante a polêmica em torno das práxis e do conceito de direitos humanos, são os arquivos e os arquivistas elementos indispensáveis para se trazer à tona evidências e provas de atrocidades empreendidas por organizações estatais e civis em quaisquer partes e circunstâncias.

E esta edição da Revista do Arquivo convoca o leitor para um olhar especial sobre a luta da Comissão Teotônio Vilela como exemplo de abnegação, coragem e prática de quem não espera respostas, mas as praticam diante dos gritos de dor que ecoam de corpos e mentes destroçados sem qualquer amparo. Depois do seminário e da exposição, a nossa Revista já anima a outra vida da CTV, conforme definiu José Gregori: “Com a guarda dos documentos no Arquivo, a Comissão Teotônio Vilela começa a ter uma outra vida. Teve a vida real e agora terá a vida contada, que eu sei que os pesquisadores têm muita curiosidade de saber como foram esses anos de ditadura e sabem que a Comissão Teotônio Vilela exerceu um papel importante”.

Boa leitura!

**Marcelo Chaves**

## Apresentação

Os editores da *Revista do Arquivo* optaram pelo tema Arquivos e *Direitos Humanos* para esta edição nº 5, motivados pela comemoração do 5º Prêmio Memória Mundo recebido pelo Arquivo, em decorrência do tratamento, guarda e preservação do Fundo Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos. Realizou-se um belíssimo seminário no dia 24 de agosto, com inauguração de pequena, mas expressiva exposição de documentos desse fundo.

## ARTIGOS

Nesta edição, publicamos 12 artigos.

**Antonio González Quintana** é uma das maiores autoridades no tema que relaciona arquivos, direitos humanos e o papel dos arquivistas. A Revista do Arquivo tem a honra de apresentar a primeira versão em português de artigo já publicado em língua espanhola. Agradecemos à Arch-e. Revista Andaluza de Archivos, que permitiu a publicação a partir da sua edição nº 5/6, de junho de 2012, e à gentileza do próprio autor que nos proporcionou essa possibilidade.

Outro artigo estrangeiro é de autoria de **Mariana Nazar**, Licenciada em História, Arquivista do Archivo General de la Nación, da Argentina. As políticas públicas referentes a direitos humanos na Argentina, o lugar que os Arquivos nelas têm assumido, e o papel dos arquivistas nesse contexto, são objetos desse artigo. Agradecemos efusivamente à generosidade da **Editorial de la Red de Archiveros** Graduados de Córdoba pela cessão do artigo publicado originalmente no livro *El acceso a los archivos en la sociedad del conocimiento. Apreciaciones desde la Argentina del siglo XXI*, coordenado por Jaqueline Vassallo e Sofía Y. Brunero. Este livro foi lançado no XII Congresso de Arquivologia do Mercosul, no dia 26 de setembro de 2017, em Córdoba.

O artigo de **Pádua Fernandes** trata de questões que estão no fulcro da chamada de artigos desta edição, pois aborda o sentido dos arquivos em sua forma multifacetada para a aplicação dos direitos humanos. Destaca a importância dos arquivos para a construção da memória social, como prova para garantia de direitos, mas também para proteção de intimidade e imagem, pois todos esses aspectos dizem respeito ao que se convencionou chamar de direitos humanos.

Do referido seminário decorreram os artigos de **Sheila Aparecida Rodrigues Soares** que apresenta a Comissão Teotônio Vilela (CTV) a partir dos documentos que constituem o Fundo CTV no APESP; e a assinatura coletiva de **Gustavo Higa, Marcos César Alvarez e Fernando Salla** que faz incursão analítica sobre a trajetória da Comissão Teotônio Vilela, principalmente na década de 1980.

**Rodrigo Dias Silveira** demonstra o reconhecimento preciso do papel dos arquivos para a promoção dos direitos humanos e do que se convencionou chamar de “Justiça de Transição” e tece crítica justa e contundente à situação dos arquivos brasileiros diante das “dificuldades encontradas por pesquisadores do Direito nos arquivos públicos”.

Em diálogo direto com a Comissão Teotônio Vilela, as autoras **Verena Alberti, Carolina Alves e Luciana Heymann**, muito oportunamente brindam a Revista com artigo que demonstra por que o fundo documental José Gregori, do CPDOC/FGV, pode ser considerado como “arquivo de direitos humanos”. Em acordo com as autoras, trata-se de “fonte indispensável a todos aqueles que desejam conhecer as políticas públicas de direitos humanos urdidas no contexto da redemocratização brasileira”.

A Comissão Nacional da Verdade representou grande avanço na luta pelo respeito aos direitos humanos no Brasil. Porém, avaliações críticas sobre a trajetória e os legados dessa Comissão se fazem necessários. É o que objetiva Lucas Pedretti no seu artigo que se baseou nos próprios arquivos produzidos pela CNV. O autor ainda faz reflexão crítica ao conceito de “Justiça de Transição”.

Desde a instalação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, emergiram muitas experiências investigativas sobre a repressão durante a ditadura, em diversos ambientes da sociedade. Já estamos na fase de pesquisas sobre essas investigações recém realizadas. Confirmam o artigo de Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine baseado nos trabalhos da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo.

**Milena Fonseca Fontes**, atuante pesquisadora dos arquivos em busca de revelações probatórias para comissões da verdade, nos oferece uma reflexão sobre Justiça de Transição e direito à verdade, relacionados diretamente à proteção e garantia de acesso a arquivos.

O acesso à informação é a chave de entrada utilizada por **Ana Cláudia Lara dos Santos Coelho** para sua reflexão sobre os direitos humanos relacionados aos arquivos. A autora realizou um apanhado de “alguns dos principais documentos internacionais com pertinência ao Brasil”, para tratar do papel dos arquivos e dos profissionais que neles atuam, para a proteção desses direitos.

Por fim, o artigo de **Maria Izabel Sanches Costa** traz reflexão sobre manicômio judiciário, instituição que costuma ser alvo de violação dos direitos humanos por parte do Estado, por abrigar uma população estigmatizada na sociedade por sua dupla condição: de “criminosos” e de “doentes mentais”.

Aliás, este artigo é ponto de intersecção nesta edição, pois foi um manicômio judiciário o estopim para a criação da Comissão Teotônio Vilela (CTV) e é também objeto de pesquisa da psicóloga Daniela Uga, entrevistada no nosso Intérprete do Acervo.

Agradecemos imensamente às autoras e autores que enviaram suas colaborações reflexivas que engrandeceram nossa Revista. Foram muitos os artigos recebidos. Gostaríamos, sinceramente, de tê-los publicados todos aqui.

## ESPECIALÍSSIMO!

Mais do que isto, convidamos os leitores a refletirem e se emocionarem com as palavras profundas dos componentes da mesa solene do referido seminário sobre a CTV: **José Gregori, Margarida Genevois e Maria Ignês Beierrenbach**. Nestes tempos obscuros em que a política parece não dar chance a esperanças, vale a pena atentar para o exemplo dessa geração que ainda exala jovialidade e vigor na vida. **Paulo Sérgio Pinheiro** demonstra lucidez e irreverência em longa e atraente entrevista concedida aos editores.

Para quem quiser mais, a Revista está disponibilizando acesso a todas as palestras do Seminário Arquivos e Direitos Humanos, realizado em agosto passado. Basta acessar:

[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/05/especial\\_ctv\\_videos.php#inicio\\_artigo](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/especial_ctv_videos.php#inicio_artigo)

Densa, objetiva, didática, muito interessante: o leitor está convidado a compartilhar a experiência do fazer científico por meio de documentos de arquivo, com o belíssimo depoimento de **Daniela Uga** na seção **INTÉRPRETES DO ACERVO**.

Quem já participou de visitas monitoradas no APESP pode confirmar: o trabalho sério, profissional e cuidadoso do Núcleo de Acondicionamento e Encadernação do Arquivo no **PRATA DA CASA** desta edição.

Por fim, a seção **VITRINE** traz as primeiras impressões de **Marcelo Chaves** sobre o **XII Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizado em Córdoba, Argentina**; e informações da **editoria da Revista** sobre o **prêmio Memória Mundo**, da UNESCO, que estimula a proteção de acervos considerados patrimônio da humanidade.

Esta quinta edição é a prova do aprimoramento constante da *Revista do Arquivo*, o que alimenta a nossa expectativa de tornar a nossa revista uma referência nacional nas áreas das ciências sociais aplicadas e humanas.

Bom usufruto!